

Pós-Graduação em Vigilância Ambiental





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Vigilância Ambiental	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	16
Diferenciais tecnológicos	17
Ingresso	18

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um **estudo com mais agilidade, foco e rendimento.**

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com **professores renomados** que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de **recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas**, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, **recomendada por mais de 2 milhões de alunos.**

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

**Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.**

**Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.**

**Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.**



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Fernanda Christina Silva Coelho
Romariz**
Coordenadora

Enfermeira graduada pela FEN/UFG (conclusão em 2005). Especialização em Enfermagem do Trabalho pela Anhanguera. Mestranda na ESCS/FEPECS (defesa no final do próximo semestre).

VIGILÂNCIA AMBIENTAL



Os desafios impostos pelos tempos atuais e as mudanças vertiginosas nas relações entre seres humanos e o ambiente que os cerca geram a necessidade de profissionais que compreendam a complexa relação entre a saúde humana e as exposições advindas do ambiente. A preocupação com o impacto dos fatores ambientais como determinantes no processo de saúde e doença da população gera a necessidade de maior aprofundamento e a formação de profissionais capacitados nessa área de atuação.

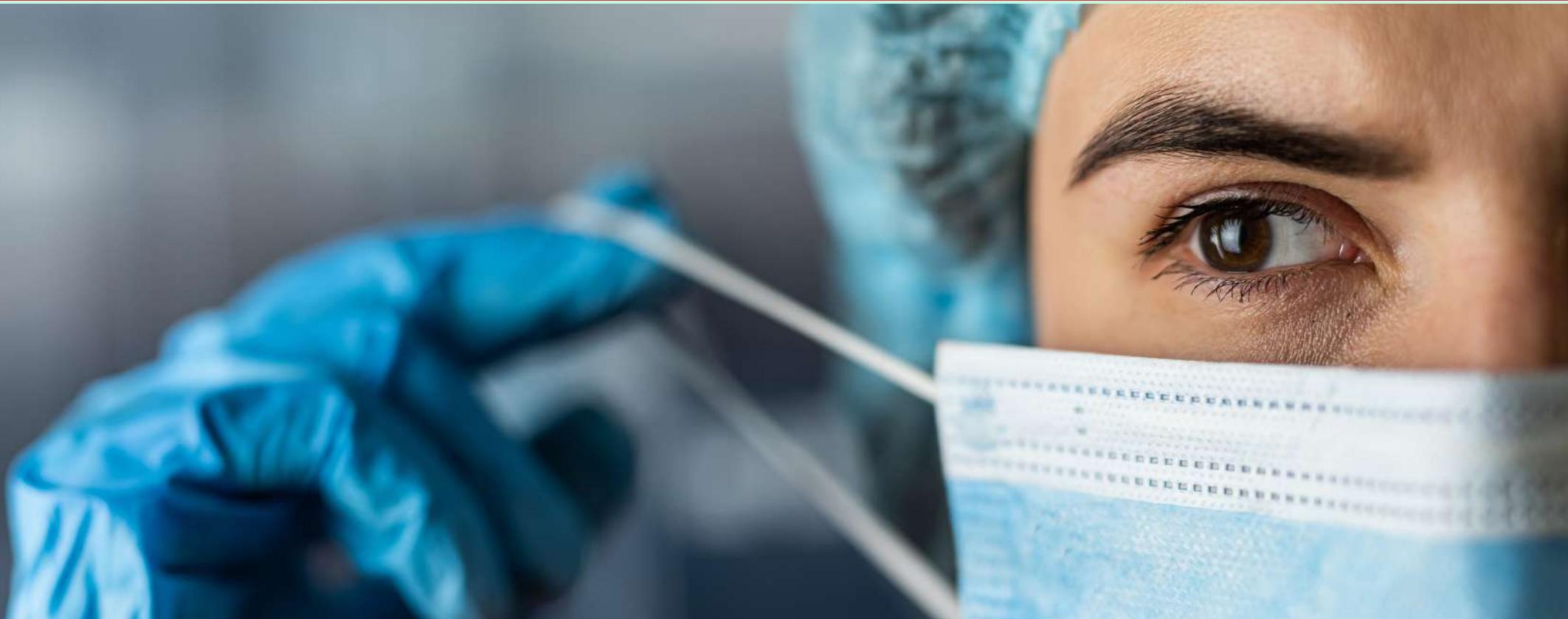
Com um currículo abrangente e enriquecedor, o curso de Vigilância Ambiental se propõe a guiar o aluno desde as bases teóricas até a aplicação do conhecimento adquirido. Além disso, o formato totalmente *online* acrescenta os benefícios da flexibilidade de horário, adaptando-se às suas necessidades e ao seu ritmo. Os alunos poderão atuar em instituições públicas e privadas, em variadas e crescentes oportunidades profissionais.

DESTAQUES DO CURSO

Capacitar o discente para atuar como especialista em Vigilância Ambiental, identificando e atuando nos problemas de saúde relacionados à interface entre o ambiente e a saúde humana.

Formação para atuação crítica sobre eventos relacionados à vigilância e controle de fatores de risco ambientais.

Docentes altamente capacitados e plataforma altamente tecnológica com excelência na oferta de educação *online*.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais de nível superior que desejem atuar como especialistas em Vigilância Ambiental.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Vigilância Ambiental tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É oferecido na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Bases Conceituais em Políticas de Saúde	15 h
02	Políticas na Organização do SUS	25 h
03	Políticas de Saúde nos Ciclos de Vida	25 h
04	Políticas de Saúde e Segmentos Populacionais	20 h
05	Saúde Mental e Saúde Pública	20 h
06	Teoria Geral do Direito Ambiental	28 h
07	Legislação do SUS	20 h
08	Vigilância em Saúde e Modelos Assistenciais	25 h
09	Legislação Sanitária e Inspeção Sanitária	50 h
10	Direito Sanitário	30 h
11	Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Econômico	11 h
12	Licenciamento Ambiental: Procedimento e Aspectos Práticos	18 h
13	Saneamento Ambiental e Saneamento Básico	27 h
14	Gestão de Risco e Desastres em Saúde Pública	27 h
15	Educação Ambiental	12 h
16	SINVSA	12 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		365h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40h/a
TOTAL DO CURSO		405h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
BASES CONCEITUAIS EM POLÍTICAS DE SAÚDE	História das políticas de saúde no Brasil. Institucionalização da saúde pública. Organização do setor saúde. Saúde no período do autoritarismo. Movimento pela reforma sanitária. Saúde na Nova República. A saúde após a Constituição Federal de 1988. Alterações recentes e avanços obtidos. Promoção da saúde. Determinantes sociais da saúde. Política Nacional de Vigilância em Saúde. Financiamento e alocação de recursos em saúde pública. Níveis de atenção em saúde. Níveis de prevenção. Noções de gestão em saúde.
POLÍTICAS NA ORGANIZAÇÃO DO SUS	Atenção básica, atenção ambulatorial especializada e atenção hospitalar e sua organização no SUS. Organização da saúde bucal no Brasil. Medicamentos e assistência farmacêutica no SUS. Práticas integrativas em saúde no SUS. Regulação do Sistema Único de Saúde. Gestão estratégica e participativa no SUS. A educação permanente em saúde como política voltada para o SUS. Políticas de saúde, informação, inovação e tecnologia.
POLÍTICAS DE SAÚDE NOS CICLOS DE VIDA	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI. Políticas Públicas de Saúde do Homem. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. Método Canguru. Caderneta de Saúde da Criança. Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990: Capítulo Saúde. Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Políticas Públicas Saúde da Mulher: Rede Alyne. Políticas Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescente. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAIRSARI).

POLÍTICAS DE SAÚDE E SEGMENTOS POPULACIONAIS	<p>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação Provisória – (PNAISARI). Política Nacional para a População em Situação de Rua. A Saúde Indígena no Brasil. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Atenção Integral a Saúde do Povo Cigano – Romani. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Política Nacional de Humanização. Operacionalização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).</p>
SAÚDE MENTAL E SAÚDE PÚBLICA	<p>História da Psiquiatria e Saúde Mental. Reforma Psiquiátrica no Brasil e no mundo. Legislação em Saúde Mental. Políticas Públicas de Saúde Mental. Modelos de Atenção em Saúde Mental Centros de Atenção Psicossocial. Residenciais Terapêuticos. Acompanhamento Terapêutico. Plano Terapêutico individual. Profissional de Referência. Atuação do enfermeiro em psiquiatria e saúde mental. Cuidados diretos e específicos de Enfermagem Psiquiatra. Assistência de Enfermagem nos transtornos mentais específicos. Prescrição de enfermagem ao paciente psiquiátrico.</p>
TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL	<p>Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.</p>
LEGISLAÇÃO DO SUS	<p>Reforma sanitária. História do SUS. Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. Lei Federal n. 8.080/1990. Lei Federal n. 8.142/1990. Decreto n. 7.508/2011. Resolução do CNS n. 453/2012.</p>
VIGILÂNCIA EM SAÚDE E MODELOS ASSISTENCIAIS	<p>Modelos Assistenciais brasileiros. Modelo Assistencial de Vigilância em Saúde. Vigilância em Saúde e seus componentes. Vigilância Epidemiológica e Sanitária. Política Nacional de Vigilância em Saúde.</p>

**LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E
INSPEÇÃO SANITÁRIA**

Vigilância Sanitária de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos Ativos. Vigilância Sanitária de Sangue, Células, Tecidos, Órgãos, terapias avançadas e hemoderivados. Vigilância Sanitária de Produtos para Saúde. Vigilância Sanitária de Alimentos. Vigilância Sanitária de Cosméticos, Saneantes e Produtos de Higiene. Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados. Vigilância Sanitária de Tabaco e Produtos Fumígenos. Vigilância Sanitária de agrotóxicos, seus componentes e afins. Boas Práticas Laboratoriais – BPL: definições; condições organizacionais e de gestão: organização e gestão do laboratório, materiais e reagentes, equipamentos e instrumentos; processos específicos: amostragem, coleta e manuseio de amostras, limpeza, desinfecção, esterilização. Pesquisa Clínica: conceitos básicos; Boas Práticas Clínicas (BPC); regulamentação de pesquisas clínicas no Brasil; os papéis dos Comitês de Ética (CEP), Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e da Anvisa; bioestatística e suas aplicações nos desenhos dos estudos clínicos.

DIREITO SANITÁRIO

Introdução ao Direito Sanitário: Conceito e abrangência; Fontes do Direito Sanitário; Princípios do Direito Sanitário; Tópicos do direito sanitário aplicáveis à vigilância sanitária e interface com direito administrativo, direito do consumidor e direito penal; Direito Sanitário e Vigilância Sanitária. Organização e Funcionamento da Anvisa e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – Lei n. 9.782/1999 e Decreto n. 3.029/1999. Regimento Interno da Anvisa – Organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS. Acordos de cooperação internacional no âmbito da Anvisa (ICH, EDQM, PICs, IMDRF). Gestão de Riscos. Legislação geral de vigilância sanitária: Lei n. 6.360/1976 e suas alterações – Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências e DECRETO N. 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 – Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências; Lei n. 5.991/1973 e suas alterações – Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências e Decreto n. 74.170/1974 e suas alterações – Regulamenta a Lei n. 5.991/1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos; Lei n. 9.294/1996 e suas alterações – Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal; Lei n. 6.437/1977 e suas alterações – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

**SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Atuações preventivas e repressivas da administração pública em matéria ambiental. Princípios de Direito Ambiental. A tutela constitucional do meio ambiente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente – O Estado e a proteção ambiental. Características e aspectos jurídicos do desenvolvimento sustentável.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: PROCEDIMENTO E ASPECTOS PRÁTICOS	Legislação básica aplicada ao licenciamento ambiental, nos âmbitos federal e estadual. Licenciamento ambiental como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente. Estruturação do licenciamento ambiental no Brasil. Principais tipologias de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental. Pré-requisitos mínimos e principais condicionantes relacionados ao licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores do meio ambiente. Análise da resolução CONAMA n. 237/1997.
SANEAMENTO AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO	Apresentação do panorama do saneamento no Brasil e no mundo. Discussão da poluição e os recursos hídricos dando especial ênfase para Amazônia. Debate dos padrões de qualidade da água, os sistemas de água. Sistemas de esgotos, drenagem urbana e os resíduos sólidos. Conceitos de saneamento básico e de águas urbanas. Modelo institucional e aparato legal para a área de saneamento básico. A discussão sobre a privatização dos serviços. Alternativas tecnológicas das instalações para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais e o manejo de resíduos sólidos. Aspectos ambientais e sociais do saneamento básico.

**GESTÃO DE RISCO
E DESASTRES EM
SAÚDE PÚBLICA**

Conceitos de Fragilidade Ambiental, Áreas Frágeis, Ameaça, Vulnerabilidade, Risco e Desastres Naturais. Prevenção e suas Fases de Desenvolvimento. Resiliência e Capacidade de Carga. Processos Sociais e Risco, Vulnerabilidade e Pobreza. Causa e Efeito no Modelo de Pressão do Desastre. Metodologia e Fontes de Informação. As Vulnerabilidades e Ameaças presentes e o Processo do Uso e da Ocupação do Solo. Principais características socioambientais que ameaçam o meio ou incrementam vulnerabilidades. Estudos de Casos de Vulnerabilidades e Ameaças. Definição de vulnerabilidade, susceptibilidade e potencial ao risco. Percepção de risco e resiliência. Caracterização da vulnerabilidade segundo os meios físico, biótico e antrópico. Determinação de probabilidade de riscos ambientais. Técnicas de quantificação e qualificação de risco ambiental. Cartografia de risco ambiental. Monitoramento de riscos e intervenção em desastres. Planos de Emergência. Programas específicos para áreas de risco na Amazônia. Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Definições e classificações. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa Meteorológica: Tempestades, Ciclones, Furacões, Tornados, Trombas d'água, Nevadas, Granizos, Geadas, Ondas de Calor, Queda de Umidade e Incêndios Florestais. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa Hidrológica: Enchentes, Enxurradas, Alagamentos, Pororoca, Estiagens, Secas, Inundações Litorâneas. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa Geomorfológica: Deslizamentos, Erosão, Terras Caídas. Origem e Dinâmica de Desastres de Causa de Desequilíbrios na Biocenose Amazônica: Pragas animais e Pragas Vegetais. Técnicas de quantificação de riscos. Análise de risco ecológico/ambiental. Estatística aplicada à análise de riscos. Métodos de qualificação de risco. Risco e Incerteza. Classificação quanto ao grau de risco associado. Sistema integrado de gerenciamento de riscos. Valoração de perdas. Caracterização de situações de emergência. Planejamento, Organização, Direção, Controle e Qualidade ideais de gestor de Emergências e Desastres.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Origem e evolução da EA. Princípios da Educação Ambiental como área do conhecimento teórico e prático, científico-metodológico e aplicado às ciências sociais, educacionais e ambientais. A função e importância da educação ambiental nos currículos da licenciatura e afins.

SINVSA

Introdução no campo e métodos mais utilizados no âmbito da Epidemiologia Ambiental e Ocupacional. Abordagem dos fundamentos científicos e as técnicas simples de pesquisa nas quais se baseia a Epidemiologia Ambiental e Ocupacional, a causalidade em epidemiologia ambiental, assim como os conceitos e técnicas de avaliação das exposições ambientais e ocupacionais. Utilização de instrumentos norteadores para o planejamento de medidas efetivas de controle, com a finalidade de reduzir os riscos de transmissão das enfermidades, com base na promoção da saúde humana e na vigilância ambiental. Introdução à saúde ambiental. Contextualização da saúde ambiental dentro das atividades e ações programáticas da Secretaria de Vigilância à saúde. Vigilância ambiental como política global (OMS), regional (OPAS), e nacional. Incluindo estados e municípios. Política de imunizações como estratégia de proteção aos riscos de adoecimento e morte e diminuição de suscetíveis no ambiente. Poluentes e Contaminantes ambientais. Poluentes não biológicos e poluentes biológicos. Medidas de proteção contra riscos ambientais: saneamento básico; controle na produção de alimentos e outros insumos. Controle de artrópodos e roedores. Vigilância de agravos e situações de emergência (CIEVS). Estudo de caso sobre toxinfecção por alimentos e normas para enfrentar outros tipos de agravos que se apresentam na forma de surto e epidemias.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Vigilância Ambiental é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Vigilância Ambiental é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Vigilância Ambiental é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos 
passos de muitos
futuros

gran.com.br



G